

Desafios Éticos nas Operações de Estabilidade

Sargento Jared Tracy, Exército dos EUA



Todd Frantom, Sgt da Marinha dos EUA

Soldados americanos da 4ª Divisão de Infantaria patrulham uma rua de um mercado em Abu T'shir, no Iraque, em 16 de outubro de 2008.

O autor gostaria de agradecer ao Dr. Donald Mrozek e ao Dr. Mark Parillo, da Kansas State University, pela sua ajuda e a Kendall Gott e Randall George por seus comentários e sugestões.

EM MAIO DE 2003, os Estados Unidos deram início à desalentadora tarefa de construir uma nação no Iraque mediante a reconstrução da infraestrutura e a reformulação das suas instituições políticas. O papel das Forças Armadas nas operações modernas de estabilidade, embora aparentemente novo, encaixa-se na fórmula preexistente da política externa dos Estados Unidos. Entretanto, as Forças Armadas veem as operações de estabilidade pelo prisma da ética contemporânea. Como cada caso depende de uma compreensão da ética atual sobre o que as Forças Armadas devem ou não fazer, exemplos anteriores de operações de estabilidade não fornecem necessariamente estruturas adequadas para os esforços modernos.

Este artigo concentra-se nas abstrações éticas e em como as visões sociais e nacionais de conceitos de “certo” e “errado” se traduzem em aplicações políticas e militares. Examina também exemplos de operações de estabilidade, desafios éticos e as implicações desses desafios.¹

A Moral nas Operações Pós-Guerra

Apesar de a retórica moral permear geralmente as operações de estabilidade, a estabilidade internacional e os interesses estratégicos definidos sobrepuseram-se às obrigações morais como fatores determinantes nos compromissos militares americanos. Um estudo das implicações éticas das atuais operações de estabilidade preenche uma lacuna historiográfica no entendimento da moral na guerra. Estudiosos aludem frequentemente à predominância da tradição da Guerra Justa no pensamento militar (ocidental).² Contudo, o modelo da Guerra Justa não é suficiente quando

O sargento Jared Travis é técnico de laboratório médico na Clínica Munson do Exército, no Forte Leavenworth, Kansas. É bacharel e mestre pela Virginia Commonwealth University e, atualmente, cursa o

doutorado em História na Kansas State University. Sua especialização é em Mídia e Comunicações, Relações Públicas Nacionais e Propaganda Internacional, e Operações Psicológicas Militares.

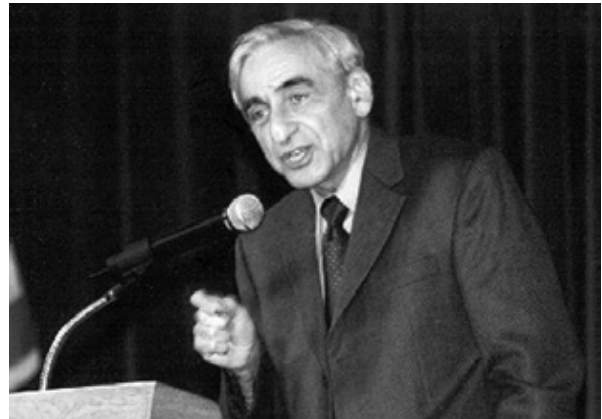
discutimos operações de estabilidade porque descreve apenas *jus ad bellum* (os motivos para entrar em guerra, antes de mais nada) e *jus in bello* (conduta adequada durante a guerra).³ Os motivos morais para entrar em guerra nem sempre são os motivos que os vitoriosos usam para justificar a ocupação de uma nação derrotada. *Jus in bello* continua sendo importante durante as operações de estabilidade, principalmente quando existem conflitos armados entre os “insurgentes” e o governo, civis não armados e forças de ocupação. O discurso legal que constitui as “leis da guerra” cobre grande parte dessa área.⁴ Entretanto, não há nada em *jus in bello* que obrigue a nação vitoriosa a fornecer segurança, reconstruir infraestrutura, melhorar os serviços públicos e garantir o estabelecimento de uma forma democrática de governo.⁵ Nas páginas finais de *Arguing About War* (“Discursos sobre a Guerra”, em tradução livre) (2004), o famoso historiador de assuntos de guerra, Michael Walzer, fala sobre a questão da moral em operações pós-guerra e sugere que se faça uma pesquisa mais profunda sobre a nova teoria de *jus post bellum*.

Walzer argumenta: “Parece claro que se possa combater uma Guerra Justa, e combater essa guerra de forma justa, e ainda assim instaurar uma confusão moral depois da guerra”. Do mesmo modo, “uma intervenção militar mal feita ou uma guerra preventiva travada antes da hora pode, não obstante, terminar com a retirada de um regime brutal e a construção de um regime decente”.⁶ O argumento de Walzer reforça a necessidade de um entendimento mais profundo dos aspectos éticos das operações de estabilidade.

Operações de Estabilidade na História dos EUA

O termo “Operações de Estabilidade” é um conceito impreciso. Pode ser abrangente ou excluyente, dependendo de como é empregado. A edição de 2008 do Manual de Campanha *FM 3-0, Operations* (Operações), descreve as operações de estabilidade conforme segue:

Abrangem várias missões, tarefas e atividades militares conduzidas fora dos Estados Unidos em coordenação com outros instrumentos do Poder Nacional para manter ou restabelecer um ambiente seguro e protegido; fornecer serviços



Departamento de Defesa

O filósofo Michael Walzer em palestra na Academia Naval dos EUA em 18 de novembro de 2002.

governamentais essenciais, reconstrução de infraestrutura de emergência e socorro humanitário. As operações de estabilidade podem ser conduzidas em apoio ao país anfitrião ou governo provisório ou como parte de uma ocupação quando não existir governo. Envolvem ações militares coercitivas e construtivas. Ajudam a estabelecer um ambiente seguro e protegido e facilitam a reconciliação entre os adversários regionais ou locais. As operações de estabilidade podem também ajudar no estabelecimento de instituições políticas, legais, sociais e econômicas e apoiar a transição para um governo local legítimo. Devem manter a iniciativa tendo objetivos que solucionem as causas da instabilidade. *As operações de estabilidade não podem ter sucesso se apenas reagirem às iniciativas do inimigo.*⁷ [grifo do autor]

Os anais da história militar americana abordam muito pouco o longo envolvimento do país em operações de estabilidade.

O conceito de “operações de estabilidade” não exclui a possibilidade (e a necessidade) de operações defensivas, mas valoriza operações

militares proativas realizadas junto com ações civis bem concebidas para neutralizar a resistência do inimigo, reduzir a oposição política e ganhar o apoio do público. De acordo com a doutrina das operações de estabilidade, soldados e fuzileiros navais em terra devem aceitar o papel duplo de travar a guerra e garantir a paz. Esse papel paradoxal é resultado da percepção dos líderes eleitos e do público americano sobre o que as forças dos Estados Unidos estejam legal e eticamente obrigadas a fazer depois da conclusão bem-sucedida das operações de combate convencionais.

Os anais da história militar americana abordam muito pouco o longo envolvimento do país em operações de estabilidade. Lawrence Yates, historiador de carreira do Exército dos Estados Unidos no Instituto de Estudos de Combate, no Forte Leavenworth, no Kansas, condensou a vasta história do papel das Forças Armadas americanas nas operações de estabilidade em um volume sucinto chamado *The U.S. Military's Experience in Stability Operations, 1789–2005* (“A Experiência das Forças Armadas dos Estados Unidos nas Operações de Estabilidade entre 1789 e 2005”, em tradução livre). Nesse trabalho de grande fôlego, Yates conclui que “As Forças Armadas dos Estados Unidos não veem as operações de estabilidade como uma missão ‘central’ tão prioritária quanto as operações de combate”. De acordo com Yates, entenderam tradicionalmente seu papel como sendo o de executar a vontade da nação por meios militares — ganhar as guerras da nação. Depois de examinar 28 estudos de caso do início da República à Guerra Contra o Terrorismo, Yates faz cinco afirmações básicas referentes ao futuro:

- “O governo dos Estados Unidos continuará a realizar operações de estabilidade”.
- As operações de estabilidade são empreendimentos combinados, interagências e multinacionais.
- As Forças Armadas dos Estados Unidos, e o Exército especificamente, desempenharão um papel cada vez mais importante nos esforços pós-combate.
- As Forças Armadas desempenharão um papel cada vez mais importante na fase de pré-execução das operações de estabilidade.

- As operações de estabilidade devem ter a mesma ênfase operacional e doutrinária das operações militares tradicionais”.⁸

Apesar de o argumento de Yates ser correto, ele não aborda a questão de por que os líderes militares ainda ficam apreensivos quanto à condução de operações de estabilidade. Se são parte integrante da história das Forças

Em princípio, o público americano... confia a seus comandantes militares americanos responsabilidades fora das suas zonas de conforto profissional e intelectual

Armadas dos Estados Unidos, por que as operações pós-combate são motivo de tanta apreensão para os líderes militares? Uma possível resposta a essa pergunta é que os comandantes não sabem como planejá-las e executá-las na mesma medida em que executam as operações militares tradicionais. Um exemplo é que, apesar do envolvimento das Forças Armadas nas operações de estabilidade ao longo da sua história, foi só em 2006 que o historiador do Exército John McGrath propôs que os planejadores utilizassem um modelo de densidade de tropas para as operações de segurança pós-combate.⁹ A razão disso, pelo menos em parte, é que entidades externas determinaram os papéis dos comandantes. Em princípio, o público americano (por meio dos seus líderes civis) confia a seus comandantes militares americanos responsabilidades fora das suas zonas de conforto profissional e intelectual. Os primeiros decidem o que os últimos devem e vão fazer baseando-se fortemente em critérios éticos.

México. O primeiro teste da governança militar americana aconteceu durante e depois da Guerra do México (1846-1848). A maioria dos estudos sobre essa guerra se concentra nos aspectos

militares convencionais, não nas subseqüentes operações de estabilidade.¹⁰ A natureza não convencional das operações de estabilidade da Guerra Contra o Terrorismo trouxe um interesse renovado por exemplos históricos, incluindo a Guerra do México. Em “Occupation and Stability Dilemmas of the Mexican War” (“Dilemas de Estabilidade e Ocupação da Guerra do México”, em tradução livre), o historiador latino-americano Irving Levinson conclui que a postura do presidente James Polk e do general Winfield em relação às operações de estabilidade referia-se a apenas isso: “estabilidade”. A presença das Forças Armadas dos EUA após as operações convencionais de combate não era acompanhada da exigência ou condição moderna de estabelecer e garantir um governo democrático estável. O governo mexicano derrotado e o governo dos Estados Unidos viam os rebeldes indígenas e os camponeses decididos a perturbar a ordem estabelecida como sendo a oposição. Ambos queriam acabar com a rebelião para garantir os estratos sociais oligárquicos do México, sua fronteira internacional e seu comércio. As Forças Armadas dos EUA funcionaram como uma força de segurança substituta porque tinham destruído

...a reconstrução após a Guerra Civil forneceu a “base para o governo militar e ‘construção nacional’ dos EUA em outras épocas”

grande parte do principal Exército mexicano. Os dois governos confiaram nas forças americanas em Acapulco, Camargo, Cidade do México, Monterrey, Tampico, Veracruz e em outros locais para reprimir os rebeldes. A Guerra do México comprovou que as operações de estabilidade americanas dependiam da manutenção do status quo social e não da reforma ética, como promover a igualdade sociopolítica ou implementar padrões mínimos de direitos humanos.¹¹

Reconstrução após a Guerra Civil. O critério moral para as operações de estabilidade entrou

na consciência moderna depois da Guerra Civil. O historiador Joseph Dawson, da universidade Texas A&M, afirma que a Reconstrução após a Guerra Civil forneceu a “base para o governo militar e a ‘construção nacional’ dos EUA em outras épocas”. Dawson concorda com Herman Belz e Lawrence Yates de que não havia planos por escrito para a ocupação antes do fim dos conflitos.¹²

Dawson não é o primeiro a reconhecer que a “ocupação” do Sul pela União foi um exercício de construção nacional, mas vai além e afirma que ela forneceu a estrutura doutrinária para esforços futuros.¹³ Dawson observa que a Reconstrução foi diferente dos esforços de segurança e estabilidade anteriores. As operações de estabilidade após a Guerra Civil tinham um cunho social, político e ideológico que a presença da ocupação americana no México não havia tido duas décadas antes. Embora se possa argumentar que, pelo menos em parte, a ocupação da era da Reconstrução foi uma forma de retribuição política, pode-se também dizer que as preocupações éticas foram uma forte motivação para a reconstrução da sociedade sulista. Como o Sul pertencia aos Estados Unidos, o governo federal naturalmente forçou a reparação dos danos físicos causados por quatro anos de guerra. Como a causa da União durante a guerra era erradicar a escravidão, houve um impulso ético para reintegrar o Sul à União. Foi também necessário estabelecer e proteger a cidadania legal para milhões de ex-escravos. A conclusão de Dawson destaca a fusão da obrigação moral e da estabilidade como pretextos para as operações de estabilidade americanas.¹⁴

Insurreição nas Filipinas. Nos últimos 25 anos do século XIX, os Estados Unidos revisitaram a Doutrina Monroe de 1823, reafirmando-a como a base para a hegemonia americana no hemisfério ocidental. Em *Ideology and U.S. Foreign Policy* (“Ideologia e Política Externa dos Estados Unidos”, em tradução livre), o historiador Michael Hunt demonstra que, a partir do final do século XIX, os Estados Unidos criaram e gradualmente consolidaram uma política externa de base ideológica para lidar com povos e nações não ocidentais. Essa ideologia coincidiu com a capacidade dos Estados Unidos de projetar para o exterior seu poder econômico, político e militar e foi por ela influenciada.¹⁵

De fato, na virada do século XX, as Forças Armadas americanas tinham se tornado algo além de uma força punitiva e expedicionária: o governo dos Estados Unidos podia usar seu poder como um mecanismo para defender ou mesmo criar entidades civis e governamentais estrangeiras. Moralmente imbuídos de uma noção supostamente altruísta (embora ilusória) de assumir o Fardo do Homem Branco, os EUA viram a ideia de usar as Forças Armadas para operações de estabilidade e construção nacional tornar-se, com o tempo, a estrutura para a política externa. As operações de estabilidade tornaram-se pretexto para lidar com os povos hostis aos Estados Unidos ou “não americanizados”.¹⁶

Do ponto de vista historiográfico, o envolvimento das Forças Armadas americanas nas Filipinas oferece um exemplo instrutivo de como as Forças Armadas dos Estados Unidos exercitaram-se para garantir a estabilidade, quando as dimensões morais da sua missão estavam em segundo plano em relação aos

interesses econômicos e de desenvolvimento da nação.¹⁷ Existem várias fontes sobre as operações de estabilidade e contrainsurgência americanas nas Filipinas, e John Gates, Brian Linn e Glenn May estão entre os historiadores mais importantes para o estudo desse tema.¹⁸ Obras mais recentes buscam extrair lições do papel dos Estados Unidos nas Filipinas que possam ser aplicadas à Guerra Contra o Terrorismo.

Em *Savage Wars of Peace* (“Guerras Selvagens de Paz” em tradução livre), o historiador do Exército Robert Ramsey argumenta que as operações de estabilidade nas Filipinas foram uma história de sucesso, apesar de alguns contratempos significativos. Como os esforços americanos para melhorar a infraestrutura do país e os sistemas econômicos, educacionais e políticos geralmente não impediam que os insurgentes tentassem minar a ocupação americana, as melhorias públicas tinham de ocorrer alinhadas a operações militares proativas. O contínuo suporte não militar ao país foi essencial, ao passo que a interação em nível mais baixo com os líderes locais ajudou a isolar os insurgentes do povo. Os comandantes no nível tático tinham de tomar decisões mantendo sempre em mente os objetivos estratégicos. Os Comandantes e os soldados sentiam frustrações semelhantes às vivenciadas hoje em relação ao Iraque sobre a natureza dupla, civil e militar, das operações de estabilidade.¹⁹

Depois de *Savage Wars of Peace*, Ramsey publicou *A Masterpiece of Counterinsurgency Warfare* (“Uma Obra-Prima de Combate Contraguerrilha”, em tradução livre), uma visão interna sobre a abordagem de liderança do general Franklin Bell, engenheiro e oficial de Inteligência que ficou nas Filipinas de 1898 a 1902. Usando fontes primárias e interpretando-as com um tom prescritivo, Ramsey conclui que os métodos usados por Bell para retirar os insurgentes filipinos da sua base popular de suporte, ou isolar o povo dos insurgentes, é um excelente modelo para futuras operações de estabilidade e esforços de pacificação.²⁰

Outra obra recente sobre as Filipinas descreve a pacificação americana da Província Moro como sendo imbuída do espírito de Roosevelt de estabelecer “a ordem a partir do caos”. Em “Leonard Wood, John J. Pershing, and Pacifying the Moros in the Philippines” (“Leonard Wood,



Winsor McCay, charge de 1899.

Tio Sam (representando os Estados Unidos) fica preso na corda em uma árvore chamada “Imperialismo” ao tentar domar uma mula chamada “Filipinas” enquanto uma figura que representa a Espanha desaparece no horizonte.

John J. Pershing e a Pacificação dos *Moros* nas Filipinas”, em tradução livre), o historiador Charles Byler afirma que os generais Wood e Pershing realizaram operações de estabilidade na Província Moro no sul das Filipinas usando várias abordagens. Trabalharam para melhorar a vida cotidiana dentro da província criando infraestrutura e fornecendo melhor tratamento médico, entre outros serviços públicos. Byler afirma que as Forças Armadas dos Estados Unidos fizeram progressos em vencer a oposição em Moro até implementarem “mudanças [culturais] radicais”, como abolir a escravidão e as armas e modificar o código civil. Em suma, as mudanças jurídicas e culturais impostas pelos Estados Unidos enfraqueceram o progresso feito pelo fornecimento e melhoria de serviços públicos. Apesar de Byler reconhecer que as operações militares de Wood e Pershing contra os militantes foram bem-sucedidas, a oposição rebelde continuou forte por causa das tentativas de mudança na cultura e modo de vida da Província Moro.²¹ No final, a necessidade de ordem foi mais forte que as tentativas de impor objetivos políticos e culturais baseados em considerações éticas ocidentais. A necessidade de ordem mostrou-se mais importante do que outras considerações éticas.

A Evolução do Paradigma Moral

Os presidentes Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson personificam as duas noções de ordem e obrigação moral nas operações de estabilidade. O presidente Roosevelt acreditava que os Estados Unidos deviam usar sua força industrial-militar para criar “ordem a partir do caos” e policiar o mundo exterior como uma potência colonial.²² O presidente Wilson acreditava que a política externa americana deveria ter um componente moral firme (com a qual o país exportaria seu próprio espírito de liberdade e estruturas sociopolíticas por meio de atos altruístas de ajudar os pobres e os povos em dificuldades), mas que talvez fosse necessário também usar a força militar para impor essa assistência ostensivamente altruísta.²³ Ao longo do século XX, as abordagens individuais de Roosevelt e Wilson mantiveram-se geralmente em harmonia.

As ideias de ordem e suposta moralidade, que se reforçam mutuamente, nas operações de

estabilidade e construção nacional se estenderam até o século XXI. Em outubro de 2000, o Conselho Nacional de Inteligência (*National*

O presidente [Theodore] Roosevelt acreditava que os Estados Unidos deviam usar sua força industrial-militar para criar “ordem a partir do caos” e policiar o mundo exterior como uma potência colonial.

Intelligence Council — NIC), um dos principais “grupos de reflexão” de Inteligência do governo dos Estados Unidos, concluiu sua avaliação das “reorientações” nacionais que haviam ocorrido na Ásia Central e nos antigos Estados soviéticos na década anterior. O NIC afirma que a política dos Estados Unidos referente aos Estados-Nação subdesenvolvidos e em desenvolvimento nessas regiões deve se concentrar em executar uma reforma econômica e política, incentivar a redução da dependência em relação aos poderes regionais e recompensar a “cooperação intrarregional — tudo isso com vistas a criar um cinturão de estabilidade independente, geralmente voltado para o Ocidente”. Alguns membros do NIC alertam que “a democracia e sociedades civis devem se desenvolver dentro do contexto cultural existente, não como algum tipo de imposição estrangeira não natural”. No entanto, a falta de um papel ocidental na democratização dessas nações é impensável: “As implicações de longo prazo de uma geração que cresce dentro da pobreza, sem educação básica e cada vez mais enredada em sociedades semicriminalizadas são preocupantes e contrárias aos objetivos ocidentais para essas regiões”. Essa noção paternalista lembra um paralelo sociopolítico à teoria de modernização econômica. Um Estado patrono poderoso acaba se beneficiando da elevação dos padrões de

vida e dos resultados econômicos, taxas de escolaridade mais altas e estruturas democráticas estáveis. Do ponto de vista ético e estratégico, a doutrina de George W. Bush dos Estados Unidos obviamente considera os gastos em investimento econômico e a utilização de intervenção militar (recursos financeiros e vidas humanas) como válidos para garantir a viabilidade dos Estados-Nação democráticos em desenvolvimento.²⁴

...forças externas não podem impor um idealismo democrático porque os governos não podem nunca ser verdadeiramente separados da cultura.

Da Injustiça à Justiça

Do ponto de vista da Guerra Justa, Tom Frame, estudioso australiano, conclui: “Pode-se argumentar que a Guerra do Golfo de 2003 não foi nem expressamente justa nem necessária”.²⁵ Um cético americano comenta que “O Iraque não é uma nação, e ninguém pode unir suas tribos. A noção de que o Iraque pode ser democratizado ou mesmo civilizado deve ser abandonada”.²⁶ Outro observa que “a tentativa de forçar a democracia na sociedade iraquiana, assolada pela divisão em facções, parece não ter muitas chances de sucesso”.²⁷ Essas preocupações são semelhantes às objeções à modernização política mencionada antes, ou seja, as forças externas não podem impor um idealismo democrático porque os governos nunca podem ser verdadeiramente separados da cultura.

O recém-formado governo do Iraque pode não compartilhar da orientação parlamentar ocidental de longa data porque sua cultura baseia-se nos valores tribais em detrimento dos direitos individuais. A passagem rápida da autocracia para o governo popular exige mudanças drásticas na perspectiva ética individual e nas normas democráticas de procedimento. Resultados

políticos e econômicos no momento oportuno são imperativos para os cidadãos do Iraque e os do Estado patrono.

Sem subestimar as dificuldades e frustrações das operações de estabilidade no Iraque, Noah Feldman, professor de Direito Constitucional e autor de *What We Owe Iraq* (“Nossa Dívida para com o Iraque”, em tradução livre), afirma que, depois de derrubar o governo de Hussein, os Estados Unidos tinham uma obrigação moral e legal de reconstruir o Iraque à sua própria imagem democrática. Na opinião de Feldman, os iraquianos são não só capazes de ter liberdade e democracia como têm direito a elas. Segundo ele, os Estados Unidos devem limitar seu papel no Iraque e ser apenas um gestor político temporário, sem permitir que eles mesmos se tornem uma força de ocupação militar permanente. O principal objetivo ético da construção nacional no Iraque e em qualquer outro lugar é “criar Estados democraticamente legítimos que [tratem] seus cidadãos com dignidade e respeito”. Em suma, os Estados Unidos seriam moralmente negligentes se não providenciassem a estabilização no Iraque.²⁸ Os principais obstáculos para cumprir tais obrigações são a hierarquia supracitada de normas éticas entre os próprios indivíduos e a necessidade de ordem como principal preocupação moral.

A dificuldade é colocar os objetivos morais em prática e organizá-los para que possam ser viáveis. Um tema comum na historiografia das operações de estabilidade é a desconexão, demasiadamente comum, entre os objetivos americanos. Ao citar os problemas do pós-guerra no Iraque, o general-de-divisão reformado do Exército dos Estados Unidos, Jay Garner, diretor do Departamento de Reconstrução e Assistência Humanitária, no início de 2003, criticou a relativa falta de planejamento de contingência do governo americano. Ele não nega a obrigação dos Estados Unidos de reconstruir e estabelecer a ordem, mas diz que as operações de estabilidade e de construção nacional não eram prioridades suficientemente grandes nos círculos de planejamento, que não houvera suficiente coordenação entre os civis e os militares e que, apesar da sua significativa capacidade para fazê-lo, o Corpo de Engenheiros do Exército e os meios de comunicação não tinham avançado muito em conquistar os corações e mentes do povo iraquiano. Garner não questiona se as

obrigações morais americanas são preocupações legítimas, mas aponta as falhas de planejamento e os métodos mal-sucedidos como culpados pela deterioração da situação de segurança.²⁹

Se o planejamento de contingência é um elemento importante para as operações de estabilidade e construção nacional, os conflitos internos e interagências podem dificultar a implementação de um plano válido. Em *After Saddam: Stabilization or Transformation?* (“Depois de Saddam: Estabilização ou Transformação?”), Shane Story, major do Exército dos Estados Unidos, destaca os contrastes entre os vários objetivos institucionais durante o planejamento e a execução da guerra do Iraque. Os esforços do secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, em transformar a composição das Forças Armadas da época da Guerra Fria complicaram os esforços do general-de-divisão David McKiernan e do embaixador Paul Bremer para estabilizar o Iraque depois da queda de Hussein.³⁰

Esses objetivos contrastantes “refletiam uma falta de unidade de esforços que os tornavam

impossíveis de atingir”. Além do conflito entre os objetivos militares e civis interagências, a história cultural tumultuada do Iraque prejudicou as operações de estabilidade no Iraque desde o início. Story afirma que Rumsfeld tinha há muito “uma aversão a operações militares de grande escala e a operações de duração indefinida”, sendo ambas necessárias para o êxito das operações de estabilidade.³¹ As operações de estabilidade e a construção nacional exigem grande cooperação e planejamento interagências. Decisões para garantir a segurança e a viabilidade política à força também dependem muito de critérios éticos mais familiares às agências não militares, ao passo que os comandantes nos escalões operacionais e táticos frequentemente expressam sua frustração por terem de aceitar a complexidade envolvida nos papéis duplos de conduzir operações militares e civis. Pede-se que os soldados vejam as operações de estabilidade sob prismas éticos complicados aos quais outras agências estão mais adequadas, e o “problema” reside no fato de não conseguirem deixar de aplicar noções éticas e culturais preconcebidas a situações cotidianas em um



Sgt. JoAnn S. Makianno, da Força Aérea dos EUA

Sargento Patrick Heyman, do Exército dos EUA, 3º Regimento de Cavalaria Blindado, de sentinela sobre um telhado em uma delegacia iraquiana, em patrulha de reconhecimento em Hamman Al Alill, Iraque, 28 de outubro de 2008.

esforço subconsciente de dar ordem à realidade. Essas noções têm pouco ou nenhum lugar nas hierarquias morais das culturas interagências e geográficas nas quais são chamados a atuar. Como afirma o capitão Porcher Taylor, do Exército dos Estados Unidos, existem invariavelmente

Pede-se que os soldados vejam as operações de estabilidade sob prismas éticos complicados aos quais outras agências estão mais adequadas...

“circunstâncias nas quais os sistemas de valores institucionais e pessoais entram em conflito”.³² Os comandantes e os soldados no terreno não vão necessariamente ter as mesmas convicções éticas de outros, que os encarregaram de executar as operações de estabilidade.

Forças Armadas Morais no Pós-guerra

Desde o Vietnã, as Forças Armadas dos Estados Unidos tentam lidar com a necessidade de imprimir o pensamento ético em todos os níveis. Durante o início da década de 70, por exemplo, as academias militares dos Estados Unidos começaram a realizar cursos obrigatórios sobre a moral e a guerra. Em 1979, o tenente-coronel Jack Lane, do Exército dos Estados Unidos, propôs a criação de um único código ético para o Exército dos Estados Unidos.³³ Em 1985, o major William Diehl, do Exército dos Estados Unidos, foi mais além e sugeriu que se elaborasse um código ético para todas as Forças Armadas. Diehl argumenta que um código de ética bem elaborado poderia sobreviver ao teste do tempo em virtude da sua inerente adaptabilidade. Afinal, diz ele: “a ética aplica princípios comuns de valor a tarefas ou vocações amplamente diversas”. Ele afirma que assuntos éticos implicam necessariamente um juízo moral.³⁴ Do mesmo modo, o tenente-coronel James Swartz, da Reserva do Exército

dos Estados Unidos, afirma que “O líder moral não apenas manterá sua própria casa em ordem. O líder moral não tolerará aqueles que baixam o padrão e castigará os que violam as normas — mesmo quando tais decisões não forem acolhidas e mesmo quando estiverem em conflito com os desejos de outras pessoas em posições influentes”.³⁵ O comportamento ético “deve ser inculcado” e aplicado pelas autoridades competentes.³⁶ Só a instrução ética nos escalões mais baixos poderá ajudar a aliviar as pressões conflitantes de combater em uma guerra e fazer todo o necessário para que as operações de estabilidade sejam um sucesso.

Uma linguagem moral pesada tinge o discurso sobre os esforços das operações de estabilidade e de construção nacional; contudo, do ponto de vista estratégico, a segurança, a estabilidade e a ordem sempre foram as principais prioridades — elas também se baseiam em várias premissas éticas. Como Michael Walzer sugere, os historiadores devem prestar a devida atenção ao *jus post bellum*, ou seja, aos problemas morais envolvidos no fim dos confrontos convencionais. As leis da guerra e os regulamentos e treinamentos militares orientam as ações dos soldados em combate, mas há algo faltando se esses mesmos soldados se perguntam: “Por que ainda estamos aqui?” depois de terem vencido as forças do outro país em tempos de guerra. O compromisso ético de conduzir operações de estabilidade é geralmente imposto às Forças Armadas americanas sem que haja o entendimento, o que expõe seus membros ao fardo psicológico de conciliar seus papéis como matadores treinados e geradores de boa vontade, que tentam conquistar os corações e mentes de um povo estrangeiro. Os soldados com esse fardo não foram treinados nesse sentido — as Forças Armadas tratam da ética da guerra, da paz e da ocupação mais como um processo de osmose do que um esforço concentrado.

Os problemas surgem quando a maioria da população, líderes civis e soldados no terreno não assumem o compromisso ético de estabilizar ou reconstruir outro país. Quando não existe essa convicção ou quando não está presente de modo uniforme, o ressentimento se intensifica, a tensão aumenta e, infelizmente, consequências frequentemente fatais, trágicas e potencialmente catastróficas decorrem.**MR**

REFERÊNCIAS

1. Este trabalho aceita a definição de ética do Merriam-Webster como “disciplina que lida com o que é bom e mau e com o dever e obrigação moral” e como um conjunto ou “conjuntos de princípios morais”. (Definição obtida on-line em <www.m-w.com/dictionary/ethics> em 12 de janeiro de 2008). A ética tem também a função de identificar atividades e comportamentos “como bons ou maus ou algo entre esses dois extremos”. Consulte o artigo de Cloma Huffman, “Ethical Bases for Military Decisions”, *Military Review* (agosto de 1961).
2. Algumas das mais importantes obras recentes incluem os seguintes livros: ELSHTAIN, Jean Bethke. *Just War against Terror: The Burden of American Power in a Violent World* (New York: Basic Books, 2003); WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations* (New York: Basic Books, 1977); e BROUGH, Michael W.; LANGO, John W. e VAN DER LINDEN, Harry (ed.). *Rethinking the Just War Tradition* (Albany, NY: State University of New York Press, 2007).
3. COOK, Martin. *The Moral Warrior: Ethics and Service in the U.S. Military* (Albany: State University of New York Press, 2004), pp. 26 e 27.
4. Um excelente trabalho que cobre o surgimento da Lei da Guerra e inclui a Guerra Justa e outras doutrinas é o de David Cavaleri, *The Law of War: Can 20th-Century Standards Apply to the Global War on Terrorism?* (Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2005). Entre os vários debates sobre a praticidade das leis de guerra do século XX no atual conflito contra o terrorismo, Cavaleri afirma sucintamente que “a lei da guerra na sua forma atual é mais do que adequada para enfrentar os desafios da Guerra Mundial Contra o Terrorismo, [e] não precisa ser revisada”.
5. A razão pela qual a mídia americana (e o público americano) ainda se refere ao papel dos EUA no Iraque como “a Guerra do Iraque” é porque o termo é uma expressão resumida aceitável para “esforços de construção nacional e operações de estabilidade dos EUA no Iraque”, mas pode ser que determinadas regras de conduta moral sejam mais bem entendidas no contexto de uma guerra total.
6. WALZER, Michael. *Arguing About War* (New Haven, London: Yale University Press, 2004), pp. 163–169.
7. U.S. ARMY (FM) 3-0, *Operations* (Washington, D.C.: Government Printing Office, fevereiro de 2008), pp. 3–12.
8. YATES, Lawrence. *The U.S. Military's Experience in Stability Operations, 1789–2005* (Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2006), pp. 21–42.
9. MCGRATH, John. *Boots on the Ground: Troop Density in Contingency Operations* (Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2006) e *The Other End of the Spear: The Tooth-to-Tail Ratio (T3R) in Modern Military Operations* (Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2007).
10. BAUER, Jack. *The Mexican War, 1846–1848* (New York: Macmillan Publishing Company, 1974) descreveu a ocupação militar dos EUA até certo ponto. Para obter uma descrição mais detalhada sobre o papel das operações de estabilidade americanas no México, consulte YATES. *The U.S. Military's Experience in Stability Operations*, p.56; SMITH, Justin. “American Rule in Mexico”, *American Historical Review* 23 (janeiro de 1918), pp. 287–302; e WALLACE, Edward. “The United States Army in Mexico City”, *Military Affairs* 13 (1949), pp. 158–166.
11. LEVINSON, Irving. “Occupation and Stability Dilemmas of the Mexican War: Origins and Solutions”, em *Armed Diplomacy: Two Centuries of American Campaigning* (Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2003), pp. 1–16.
12. BELZ, Herman. *Reconstructing the Union: Theory and Policy during the Civil War* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1969); YATES, Lawrence. *The U.S. Military's Experience in Stability Operations, 1789–2005*.
13. Para mais informações a respeito, consulte o livro de RANDALL, J.G. e DONALD, David. *The Civil War and Reconstruction* (Boston: Little, Brown, and Company, 1969); FONER, Eric. *A Short History of Reconstruction* (New York: Harper and Row, 1988); e *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863–1877* (New York: Harper and Row, 1988).
14. DAWSON, Joseph. “The U.S. Army in the South: Reconstruction as Nation-Building”, em *Armed Diplomacy: Two Centuries of American Campaigning* (Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, 2003), pp. 39–63.
15. HUNT, Michael. *Ideology and U.S. Foreign Policy* (New Haven, London: Yale University Press, 1987).
16. *Ibid.*
17. Para uma discussão sobre as dimensões políticas do papel americano nas Filipinas, consulte o artigo de Vicente Bunuan, “Democracy in the Philippines”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 131 (maio de 1927). As ideias que se reforçam mutuamente da ordem e da moral foram decisivas na política externa dos EUA no século XX, principalmente durante a Guerra Fria. John Lewis Gaddis descreveu (entre outras coisas) como os Estados Unidos injetaram uma linguagem moral no estabelecimento e proteção de satélites não-comunistas durante a Guerra Fria em *The Cold War: A New History* (New York: Penguin Group, 2005) e *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War* (Oxford: Oxford University Press, 2005). Consulte também Hunt, *Ideology*, pp. 125–170. Para uma argumentação contrária, que afirma que as visões de mundo dos líderes americanos inibiam a intervenção política e militar no exterior, consulte LOVE, Eric. *Race Over Empire: Racism and U.S. Imperialism, 1865–1900* (University of North Carolina Press, 2004).
18. Consulte GATES, John. *Schoolbooks and Krags: The United States Army in the Philippines, 1898–1902* (Westport: Greenwood Press, 1973) e “The Pacification of the Philippines, 1898–1902”, em *The American Military and the Far East: Proceedings of the Ninth Military History Symposium, United States Air Force Academy*, 1 a 3 de outubro de 1980 (Washington, D.C.: United States Air Force Academy and Office of Air Force History, 1980); LINN, Brian. *The U.S. Army and Counterinsurgency in the Philippine War, 1899–1902* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1989) e *The Philippine War, 1899–1902* (Lawrence: University of Kansas Press, 2000); e MAY, Glenn. *Social Engineering in the Philippines: The Aims, Execution, and Impact of American Colonial Policy, 1900–1913* (Westport: Greenwood Press, 1980).
19. RAMSEY, Robert. *Savage Wars of Peace: Case Studies of Pacification in the Philippines, 1900–1902* (Kansas: Combat Studies Institute Press, 2007), pp. 117–121.
20. RAMSEY, Robert. *A Masterpiece of Counterinsurgency Warfare: BG J. Franklin Bell in the Philippines, 1901–1902* (Kansas: Combat Studies Institute Press, 2007).
21. BYLER, Charles. “Leonard Wood, John J. Pershing, and Pacifying the Moros in the Philippines: Americans in a Muslim Land” em *Turning Victory into Success: Military Operations After the Campaign* (Kansas: Combat Studies Institute Press, 2004), pp. 89–104.
22. Discurso de Theodore Roosevelt em 10 de abril de 1899, em *Theodore Roosevelt, The Strenuous Life* (New York, 1900), pp. 6–7, citado em HUNT, *Ideology*, 128.
23. LINK, Arthur (ed.). *The Papers of Woodrow Wilson* (Princeton: Princeton University Press, 1966), 11:440, 12:18, 14:433, 18:104, mencionado em HUNT, *Ideology*, p. 129.
24. “Central Asia and the South Caucasus: Reorientations, Internal Transitions, and Strategic Dynamics”, National Intelligence Council Conference, documento ostensivo da CIA, acessado on-line em <www.foia.cia.gov/browse_docs.asp?> em 12 de janeiro de 2008.
25. FRAME, Tom. *Living by the Sword? The Ethics of Armed Intervention* (Sydney: University of New South Wales Press, 2004), pp. 147–148.
26. *Time*, 21 de setembro de 2007.
27. *Time*, 27 de setembro de 2007.
28. FELDMAN, Noah. *What We Owe Iraq: War and Ethics of Nation-Building* (Princeton: Princeton University Press, 2004); consulte também a resenha de Robert Kagan sobre *What We Owe Iraq* in *New York Times*, 14 de novembro de 2005.
29. GARNER, Jay. “Iraq Revisited”, em *Turning Victory Into Success: Military Operations After the Campaign* (Kansas: Combat Institute Press, 2004), pp. 253–280; consulte também BOYNE, Walter. *Operation Iraqi Freedom: What Went Right, What Went Wrong, and Why* (New York: Forge Books, 2003) e MACGINTY, Roger. “The Pre-War Reconstruction of Post-War Iraq”, *Third World Quarterly* 24 (agosto de 2003).
30. STORY, Shane. “After Saddam: Stabilization or Transformation”, em *Security Assistance: U.S. and International Historical Perspectives* (Kansas: Combat Studies Institute Press, 2006), pp. 79–92.
31. *Ibid.*
32. TAYLOR, Porcher. “Viewpoints on Values”, *Military Review* (novembro de 1986): p. 32.
33. LANE, Jack. “Military Code of Ethics: A Proposal”, *Military Review* (outubro de 1979): pp. 71–72.
34. DIEHL, William. “Ethics and Leadership: The Pursuit Continues”, *Military Review* (abril de 1985): p. 36.
35. SWARTZ, James. “Morality: A Leadership Imperative”, *Military Review* (setembro de 1992): p. 79.
36. Consulte também SORLEY, Lewis. “Doing What's Right: Shaping the Army's Professional Environment”, MATTHEWS, Lloyd e BROWN, Dale (ed.). *The Challenge of Military Leadership* (Washington: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers, Inc., 1989).